

MELQUÍADES PINTO PAIVA (1930-2021): CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA NATURAL E SOCIAL DOS SERTÕES¹

Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá²

RESUMO

Esse artigo trata das contribuições de Melquíades Pinto Paiva para a história natural e social dos sertões brasileiros, destacando o diálogo entre as ciências naturais e humanas na construção do discurso narrativo sobre a presença dos naturalistas e do fenômeno do cangaço na história do Brasil. No campo das ciências naturais, o pesquisador desenvolveu relevantes pesquisas na área de zoologia, da ictiologia e da biologia marinha, tendo reconhecimento internacional e nacional. Por meio da pesquisa bibliográfica, trataremos aqui da sua atuação, como historiador diletante, em instituições vinculadas à cultura histórica, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Instituto do Ceará, escrevendo artigos e livros relacionados aos mencionados temas, motivados pela condição de nordestino e sertanejo em sua busca identitária, em um amalgamento entre território e identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Melquíades Pinto Paiva; Nordeste Brasileiro; Naturalistas no Brasil; História do Cangaço.

ABSTRACT

This article deals with the contributions of Melquíades Pinto Paiva to the natural and social history of the Brazilian backlands, highlighting the dialogue between the natural and human sciences in the construction of the narrative discourse on the presence of naturalists and the phenomenon of cangaço in the history of Brazil. In the field of natural sciences, the researcher developed relevant research in the area of zoology, ichthyology and marine biology, with international and national recognition. Through bibliographical research, we will deal here with his performance, as an amateur historian, in institutions linked to historical culture, such as the Brazilian Historical and Geographical Institute and the Ceará Institute, writing articles and books related to the mentioned themes, motivated by the condition of northeastern and sertanejo in his search for identity, in an amalgamation between territory and identity.

KEYWORDS: Melquíades Pinto Paiva; Northeast Brazil; Naturalists in Brazil; History of the Cangaço.

¹ Comunicação apresentada no debate virtual MELQUÍADES PINTO PAIVA (1930 – 2021) – “O homem, o intelectual e o cangaço” (Live in memoriam), organizado pelo Centro de Estudos Euclides da Cunha/TV UNEB (17 de novembro de 2022). Esse texto é dedicado à professora Luitgarde Barros pelas inúmeras contribuições aos estudos sobre os sertões brasileiros.

² Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Doutor em História pela Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6496-4456>. E-mail: fernandosa@academico.ufs.br

*Sou sertanejo e faço questão de declarar minha condição de sertanejo.
E digo mais: sou índio Cariri.*

Melquíades Pinto Paiva (2018)

Nascido em Lavras da Mangabeira (CE), em 1930, Melquíades Pinto Paiva construiu sólida carreira acadêmica no campo das ciências naturais, ao longo de mais de cinquenta anos em diferentes universidades brasileiras, tendo reconhecimento internacional, por sua vasta produção intelectual e desempenho técnico-profissional. Paralelamente, como historiador diletante, atuou em instituições vinculadas à cultura histórica, como, entre outras, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto do Ceará e Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, dissertando sobre o papel dos naturalistas do século XIX para o desenvolvimento científico no Brasil, ao mesmo tempo em que redigia trabalhos sobre o cangaço.

Esse artigo destaca como a condição de nordestino e sertanejo norteou essa produção voltada à história, como fica evidente em entrevista registrada, em 2016, por Rogério Faria Tavares, quando o professor afirmou que nunca deixou de “ler e estudar sobre o Nordeste”, pois “o sertão sempre esteve dentro de mim”. Para ele, seu melhor livro é *Nordeste do Brasil: terra, mar e gente*, escrito após cuidadosa leitura bibliográfica, mas principalmente pelo “contato e convivência com pessoas muito importantes, como o Thomaz Pompeu Sobrinho, o Câmara Cascudo, Rachel de Queiroz, Patativa do Assaré” (TAVARES, 2018: p. 552 e 557).

Essa preocupação de afirmação identitária pode ser encontrada no artigo escrito sobre a presença dos intelectuais cearenses no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nos séculos XIX e XX, a partir dos seis volumes do *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*, destacando-se Clóvis Beviláqua (1859–1944), Djacir Lima de Menezes (1907–1996), Guilherme Chambly Studart (Barão de Studart) – (1856–1938), Gustavo Dodt Barroso (1888–1959), João Capistrano Honório de Abreu (1853–1927), João Franklin da Silveira Távora (1843–1888), entre outros (PAIVA, 2011: p. 33). Essa busca identitária também demarcava a presença de naturalistas no Nordeste, os cientistas no IHGB e as primeiras organizações científicas brasileiras (TAVARES, 2018: p. 552).

Parte significativa de sua produção no campo da história se concentrou na contribuição de naturalistas nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento científico

no Brasil, especialmente, ao longo do século XIX. Em palestra, proferida no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), sobre os naturalistas que estudaram a Velha Bahia, assim definiu o naturalista: “todo aquele que se dedica às ciências da natureza, com maior ou menor grau de especialização, mas sempre com uma visão global e integrada dos fenômenos naturais” (PAIVA, 2012: p. 180).

Entre os intérpretes da natureza baiana, o pesquisador ressaltou as contribuições dos cronistas coloniais, como Pero Vaz de Caminha, José de Anchieta e Gabriel Soares de Souza, passando pelo médico e político Francisco Agostinho Gomes, que possuía um museu de História Natural, em Salvador, o príncipe de Wied-Neuwied, Maximilian Alexander Phillip, cujos relatos sobre sua viagem aos trópicos tornaram-se indispensáveis para o estudo da natureza brasileira.

Dos viajantes estrangeiros do século XIX, os livros de Alcides D. d’Orbigny, Robert Ave-Lallemant, Ferdinand Maximilian von Habsburgo, George Gardner e Louis Agassiz foram, brevemente, comentados, destacando-se a expedição de J. B. von Spix e K. F. P. Von Martius pela enorme contribuição para o estudo da fauna nordestina. Sobre o rio São Francisco, as contribuições de Charles F. Hartt, especialmente sobre a ictiofauna do baixo São Francisco, Richard Francis Burton, Franz Steindachner e John D. Haseman foram relevadas pelo professor (PAIVA, 2012: p. 185 e seguintes).

Também intelectuais nacionais, como Euclides da Cunha e Theodoro Sampaio, foram lembrados pela contribuição para o conhecimento dos sertões baianos, mas, para ele, os “grandes conhecedores das águas e terras da Bahia são os seus pescadores e sertanejos, gente rude com o saber das coisas vividas” (PAIVA, 2012: p. 192)

Em 2017, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, o pesquisador analisou, em coautoria com Hiroshi Nomura, a presença dos naturalistas-viajantes no Museu Nacional, evidenciando o predomínio dos estrangeiros no cargo, “com cinco alemães e três franceses. Apenas três brasileiros foram contratados e dois não tiveram a nacionalidade(s) conhecida(s)”. Para eles, esses dados demonstravam “a importância da Alemanha e, secundariamente, a França, nos campos das ciências naturais no século XIX”. Em termos de profissões e especialidades, os autores verificaram a “predominância de naturalistas-viajantes formados na área de saúde (médicos, farmacêutico e veterinário), bem como as especialidades em botânica e zoologia” (PAIVA e NOMURA, 2017: p. 151 e 153).

Essas reflexões foram ampliadas e sistematizadas no livro *Alguns Naturalistas Ilustres no Brasil (Século XIX)*, quando, a partir do acervo do Instituto Histórico e

Geográfico Brasileiro, produziu ensaio biobibliográfico dos naturalistas vinculados à instituição, realçando a contribuição do sócio Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1949) para o conhecimento das explorações científicas no Brasil.

Sobre Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), Paiva afirmou que nada “lhe foi estranho ou desprezível”, com relação aos aspectos naturais e culturais do Brasil, defendendo a “natureza dos biomas visitados, em virtude de continuadas agressões antrópicas”. Conservacionista militante, ele aproximou-se das assertivas do naturalista francês quanto à condenação do desmatamento generalizado, as práticas de mineração do ouro e as inadequadas práticas agrícolas. Não esquecendo-se da sua relevante contribuição para o conhecimento da flora brasileira, pois, além “de haver fornecido abundante material para a *Flora Brasiliensis*, ele descreveu mais de 1.000 espécies novas, e reviu conhecimento já existente” (PAIVA, 2018: p. 16, 20 e 29).

O escritor cearense considerou Francisco Freire Allemão de Cisneiros (1797-1874) como o maior botânico do século XIX, pela produção volumosa sobre “gêneros e espécies novas ou poucos estudadas, além do trato de temas diversos, relacionados com a biologia e usos de plantas”. Sua correspondência com Karl F. Von Martius, entre os anos 1844 e 1867, e Auguste de Saint-Hilaire, em 1851, demonstrava o “valor e o apreço que merecia da parte de tão importantes naturalistas do século XIX” (PAIVA, 2018: p. 37 e 38).

Em 1850, participou da criação da Sociedade Velosiana do Rio de Janeiro, em homenagem a frei José Mariano da Conceição Veloso, e da Palestra Científica, entidades que, apesar da curta duração, representaram tentativas de organização da comunidade científica. Também presidiu a Comissão Científica de Exploração, que viajou pelos sertões do Ceará nos anos de 1859 e 1861, quando foram registrados os hábitos, documentos antigos, plantas, animais e ainda exploraram montanhas e grutas do interior do Ceará e as serras na fronteira com o Piauí e Pernambuco (KURY e SÁ, 2012: p. 266).

Da obra *Viagem pelo Brasil*, escrita por J. B. Von Spix e Von Martius, cujos três volumes registraram suas impressões sobre os sertões brasileiros, o autor dedicou observações sobre o universo sanfranciscano, cuja “abundante e diversificada fauna, incluindo animais de maior porte”, foi registrada pelos naturalistas. Além da descrição da *flora brasiliensis*, o livro também registrou a “vida social e cultural das tribos encontradas, as migrações e as guerras” (PAIVA, 2018: p. 55 e 50).

Peter W. Lund (1801-1880) foi retratado como o pai da paleontologia brasileira pelas suas pesquisas realizadas em Lagoa Santa (MG), durante 1835 e 1845, quando encontrou, no início dos anos 1840, “fragmentos fósseis humanos, inclusive crâneos completos, comprovando a contemporaneidade do homem pré-histórico com os grandes mamíferos extintos”, derrubando “o paradigma do catastrofismo”, defendido por Georges Cuvier (1769-1832) (PAIVA, 2018: p. 68).

Para ele, o livro de Maximilian Von Wied-Neuwied (1782-1867) “ainda hoje [é] indispensável a todos os estudiosos de nossa história natural”, por ser “do mais alto interesse biogeográfico”. Do ponto de vista etnográfico, são relevantes “as observações pioneiras e bem detalhadas sobre os índios botocudos do Espírito Santo” (PAIVA, 2018: p. 79).

Como chefe da Expedição Nathaniel Tayer, Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873) conseguiu “reunir grandes coleções zoológicas para o Museu de Cambridge (USA)”, além concentrada atenção “às relações interracialis, majoritariamente com os negros escravos” (PAIVA, 2018: p. 87 e 88).

Outros naturalistas foram, brevemente, comentados pelo professor, em capítulo à parte do livro, destacando-se Alcide Charles V. M. D. D’Orbigny (1802-1857) e Francis L. N. de C. de L. De Castelnau (1810-1880), que, além de contribuir com observações pertinentes à natureza brasileira, também deram atenção aos costumes dos índios por onde passaram. Dois cientistas norte-americanos foram fundamentais para a institucionalização da ciência no Brasil: Charles F. Hartt (1840-1878) e Orville A. Derby (1851-1915). O primeiro visitou o país, pela primeira vez, em 1865, “acompanhando Louis Agassiz, como membro da Expedição Thayer, retornando outras quatro vezes até 1875, quando organizou a Comissão Geológica do Império, que funcionou até 1877”. Seu livro *Geology and Physical Geography of Brazil* (1870) representou “uma espécie de compilação do que havia sido publicado até 1870 sobre a geologia e a geografia física no Brasil” (SANTANA, 2001, p. 134).

Já o segundo, transitou pela geologia, paleontologia e arqueologia, geografia física e cartografia, entre outros assuntos, exercendo grande influência entre geólogos e geógrafos na virada do século XX (SANTANA, 2001, p. 137). Participou, ao lado de Theodoro Sampaio, da expedição da Comissão Científica pelo Rio São Francisco, liderada por William Milnor Roberts (1879-1880), além de ser um dos fundadores da Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo (1886-1890) e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894).

Por fim, o autor relembra as contribuições do botânico João Barbosa Rodrigues (1842-1909), discípulo de Francisco Freire Allemão, para a criação do Jardim Botânico do Amazonas, atuando, posteriormente, como diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. De Emil August Goeldi (1859-1917), caracterizou-o como polígrafo multifacetado, com mais de 20 livros e álbuns publicados, mas também como administrador autoritário na reestruturação do decadente Museu Paraense (PAIVA, 2018: p. 111).

De um modo geral, o ensaio biobibliográfico marcou essa produção sobre os naturalistas para o desenvolvimento e a institucionalização científicas no Brasil, aproximando-se da escrita biográfica dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Pela bibliografia citada, em cada um dos capítulos desse livro, percebemos a erudição do escritor para balizar suas reflexões sobre o tratamento das relações homem/natureza, bem como da preocupação etnográfica, especialmente no tocante aos povos originários. Nesse sentido, percebemos certa preocupação com a religação dos saberes entre as ciências naturais com as ciências humanas.

O cangaço foi outra de suas paixões intelectuais, vinculando-se à memória familiar, por conta das ameaças de invasão de cangaceiros à cidade natal de Lavras da Mangabeira, no Ceará, nas primeiras décadas do século XX. Como sua família era ligada ao coronelismo local, o cangaço era recorrente, junto com o “fanatismo” de Padre Cícero, porque sua cidade natal “era rota de passagem de gente que vinha da Paraíba e ia para Juazeiro”. Ao longo da vida, esse tema tornou-se um “momento de lazer”, “fazendo resumos dos livros que (...) lia” (TAVARES, 2018: p. 553).

Para tanto, construiu vasta biblioteca temática, que, generosamente, cedia para pesquisadores aprofundarem seus estudos sobre o cangaço, como foi registrado pela professora Luitgarde Barros, quando confeccionava sua tese de doutorado, depois transformada em livro, *A Derradeira Gesta: Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão* (2000). Segundo ela, “Não me teria sido possível escrever a Tese de Doutorado, defendida em 1997, sem a leitura das centenas de fichas de rigor científico elaboradas por Melquíades sobre toda matéria cangaço, por ele lida” (BARROS, 2022: p. 6).

Essa erudição está presente no livro sobre a ecologia do cangaço, que, estabelecendo conexões entre o banditismo rural com o meio ambiente das caatingas, pode ser considerado como uma proposta prática da religação de saberes entre as ciências naturais e humanas. Descrevendo a área de atuação do cangaço nordestino, o autor identificou, por meio de mapas e gráficos, os espaços de atividade, de

recrutamento, de repouso e de fuga. Foram encontradas algumas áreas consideradas como “viveiros de cangaceiros”: “ribeiras dos rios Pajeú, Moxotó e Ipanema, no sertão sanfranciscano de Pernambuco; bacia do rio Piranhas, no sertão oeste da Paraíba e do Rio Grande do Norte; vale do Cariri, no sul do Ceará e áreas limítrofes da Paraíba e Pernambuco; nordeste da Bahia, entre os rios São Francisco e Vaza-Barris, englobando o Raso da Catarina; sertão do Baixo São Francisco (...) e a parte sul da bacia do Ipanema, com destaque para o município de Santana do Ipanema (AL)” (PAIVA, 2004: p. 11).

Percebe-se aqui uma interpretação próxima das teses euclidianas, na configuração do cenário natural de atuação dos grupos de cangaceiros, bem como do isolamento do sertão para explicar o fenômeno no contexto do “ciclo do gado”. Para o autor, em geral, os cangaceiros foram recrutados entre vaqueiros e moradores das fazendas, “mas os chefes de bando não saíram da massa do povo sertanejo” (PAIVA, 2004: p. 13).

Mesmo fustigados pela constante persiga das tropas volantes, a longevidade do cangaço pelos sertões foi atribuída, pelo pesquisador, a três condições fundamentais: o alto conhecimento das caatingas; a capacidade de encontrar água e alimentos fornecidos pelo meio ambiente e, por fim, a utilização da medicina sertaneja. Nessa vida dura e nômade, a fome e a sede eram companheiras, “flagelando a gente do cangaço”. Nesse sentido, é destacada a “resistência dos cangaceiros à fome”, gozando de boa saúde pelo conhecimento da medicina popular nordestina e do bioma da caatinga. Entretanto, também ressaltou as marcas deixadas nos seus corpos, como corcunda, pernas tortas, cicatrizes, “calo de bernal” e o “cangote branco”, por conta dos cabelos longos (PAIVA, 2004: p. 22 e 15).

A adaptabilidade dos cangaceiros e cangaceiras à natureza sertaneja se manifestava na operacionalidade da vestimenta, inclusive sendo, depois, copiada pelas próprias forças volantes. Aqui o pesquisador distinguiu os soldados citadinos que não suportavam as asperezas dos sertões, chamados “pé de banha”, dos sertanejos contratados, que tinham comportamento semelhante aos cangaceiros, pois “eram vinho da mesma pipa” (PAIVA, 2004: p. 18).

Do mesmo modo, a arte de rastejar, herança indígena, refletia “a adaptação ao meio e ao poder de observar vestígios de marcas nos caminhos e veredas, indicadores do anterior trânsito dos perseguidos ou dos que andam no seu encaço” (PAIVA, 2004: p. 27-28). Foram citados alguns rastejadores das tropas volantes, como o cabo Leonídio

e Antônio Joaquim dos Santos (Batoque), que desempenhavam papel relevante na identificação dos caminhos dos cangaceiros. Mas, no texto, destacou-se que, perseguidos, os cangaceiros “demonstravam superioridade de estratégia, utilizando a mobilidade; para enganar o rasteador, tratavam de apagar ou dissimular os rastros” (PAIVA, 2004: p. 31).

Desse modo, as retiradas de Lampião, em combates perdidos, buscavam desorientar as forças perseguidoras, com ações como a divisão em grupos que seguiam em várias direções ou, em fuga, deixar marcas de sangue em lugares determinados e seguir rumos diversos, entre outras.

Nesse livro, o cangaço foi definido como “uma rebelião rural, sem explícitos objetivos sociais”, “refletindo a pobreza do povo sertanejo, sob o jugo dos coronéis de barranco, intensificando-se com as secas e lutas de famílias e/ou políticas, principalmente nas quatro primeiras décadas do século XX” (PAIVA, 2004: p. 11).

Identificamos, em dois artigos, uma síntese de suas ideias sobre a temática cangaceira, que nos oferece pistas para depois tratar de sua obra de maior fôlego sobre a bibliografia cangaceira. No primeiro, publicado na *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco* (2016), afirmou que o surgimento do fenômeno estava vinculado ao latifúndio e ao coronelismo, que o alimentaram por várias décadas. Segundo ele, o cangaço “se mostrou serviçal, dependente dos grandes coronéis, sem preocupação social”. Nesse sentido, criticava determinada imagem da bondade de Lampião construída pelo cinema e pela literatura de cordel, afirmando que o “esquerdismo do cangaceiro é sonho de desavisados, inocentes ou safados!” e que o suposto feminismo também não encontrava respaldo nos fatos, já que “não houve tal progresso”. Sobre a morte de Lampião e seu bando na Grota de Angicos, o autor afirmou que foi uma “farsa montada pela volante de João Bezerra”, pois os cangaceiros estavam envenenados e não houve luta, “mas simples simulação bárbara!” (PAIVA, 2016a: p. 460 e 465).

Se, nesse texto, há uma crítica à produção cultural vinculada ao cinema e a literatura de cordel pelo processo de mitologização de Lampião, na *Revista Rotary Brasil*, o escritor destacava “as influências positivas do cangaço na moda, nos seus trajes e adereços, nas artes plásticas, no artesanato, na literatura erudita e popular, na música, no teatro e no cinema nacionais”. Além disso, “o cangaço gerou um expressivo fluxo turístico, de valor cultural e econômico, com a existência de vários museus e a venda de ‘coisas’ de sua memória” (PAIVA, 2016b: p. 25).

Essa leitura ambígua sobre o cangaço se manifestaria nos livros *Cangaço: uma ampla bibliografia comentada* (2012) e *Cangaço: segunda e ampla bibliografia comentada* (2021). Com o incentivo de Jerônimo Vingt-um Rosado Maia, de Mossoró (RN), a publicação dessas obras representa relevante contribuição para os poucos estudos existentes sobre a bibliografia cangaceira, como os de Isaura Ester Fernandes Rosado Rolim, Paulo Gastão, Eduardo Diatahy Meneses e Marianne Wiesebron (TAVARES, 2018: p. 553).

Apesar de considerar como “tarefa impossível de ser realizada por um pesquisador, exigindo o trabalho de equipe interdisciplinar”, o autor enfrentou o desafio, estabelecendo critérios de análise sobre as diferentes linhagens bibliográficas, como obras gerais, que tratam parcialmente do tema, de livros específicos sobre o fenômeno, teses de mestrado e doutorado, artigos de periódicos e jornais, folhetos de literatura de cordel, filmes e novelas de televisão e catálogo de exposições. A avaliação deste acervo foi demarcada pela separação das “obras de pura ficção daquelas que cuidam do cangaço na base da realidade, com a apresentação de comentários sobre a precisão dos relatos e interpretação dos acontecidos” (PAIVA, 2012: p. 384 e 386).

A proposta de transposição da prática científica de objetividade na análise bibliográfica trouxe alguns percalços com relação a juízos de valor que, em determinados comentários, não contribuem para a compreensão do fenômeno, pois destacava obras ficcionais como “mentiras”. Essa ideia coloca o imaginário social como sinônimo do afastamento da verdade histórica, como fonte de mitificação no âmbito da tradição oral, da literatura ou nos veículos de meios de comunicação de massa.

Discordamos dessa leitura, pois, por exemplo, a literatura é um discurso que possibilita o acesso privilegiado ao imaginário de diferentes épocas, ao colocar em evidência, para o historiador, o não-acontecido para recuperar o que aconteceu, permitindo-lhe visualizar traços que outras fontes não lhe dariam. Como propõe Sandra Pesavento, “o texto literário inaugura um *plus* como possibilidade de conhecimento do mundo”, sendo que o que conta “não é o seu valor de documento, testemunho de verdade ou autenticidade do fato, mas o seu valor de problema. O texto literário revela e insinua as verdades da representação ou do simbólico através de fatos criados pela ficção” (PESAVENTO, 2006).

Nesse mesmo diapasão, José Carlos Reis (2010, p. 78-79) afirma que

História e ficção são complementares na narração da experiência humana. Elas têm temáticas comuns, dificuldades comuns, trocas comuns. A história se serve da ficção e a ficção se serve da história. A leitura é mais ou menos a mesma de um romance e da historiografia e, sem perderem a sua heterogeneidade, elas se entrelaçam no espírito do leitor.

Curiosamente, há a incorporação em sua escrita da versão polêmica da morte do rei do cangaço por envenenamento, presente na tradição oral, com uma certeza que não foi respaldada em depoimentos de cangaceiros, coiteiros e tropas volantes, que presenciaram o fato.

Segundo o pesquisador, apesar da abundância da bibliografia cangaceira, há aspectos que precisam de um aprofundamento como a “postura de autoridades constituídas em relação ao cangaço”, as relações entre coronelismo e cangaço, as “relações entre chefes cangaceiros e comandantes de volantes policiais”, a “investigação da ecologia do cangaço” e as “possíveis relações de paralelismo entre as antigas lutas cangaceiras e as que sustentam a violência nas favelas e áreas periféricas de nossos grandes centros urbanos” (PAIVA, 2012: p. 387-388).

Como historiador diletante, suas pesquisas, vinculadas aos Institutos Históricos e Geográficos, trazem, para a discussão, as contribuições da historiografia não-universitária no Brasil, demonstrando que havia, nos seus textos, preocupações metodológicas, levantamento exaustivo da bibliografia, citações corretas, que conduziram a leitura erudita e crítica. Essas preocupações, por certo, foram influenciadas por sua pesquisa científica nas ciências naturais, afastando-o do memorialismo existente na bibliografia cangaceira.

Se, por um lado, sua escrita, no que se refere aos naturalistas e sócios cearenses do IHGB, segue a tradição biobibliográfica desta instituição, os textos relativos ao cangaço, por buscarem uma maior abrangência possível do fenômeno, conseguiram trazer contribuições relevantes, especialmente no livro *Ecologia do Cangaço*, quando propôs religar os saberes das ciências naturais e das ciências humanas. Sem descurar das especificidades de cada disciplina, penso ser essa a sua maior contribuição para a história natural e social dos sertões brasileiros.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. In Memoriam: homenagem a Melquíades Pinto Paiva. **Passagens**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v. 13, p. 1-7, 2022.

KURY, Lorelai Brilhante e SÁ, Magali Romero. As caatingas e o Império do Brasil. In: KURY, Lorelai Brilhante (org.). **Sertões adentro: viagens nas caatingas séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2012.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Livros de Viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

PAIVA, Melquíades Pinto. **Ecologia do cangaço**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2004.

_____. Cearenses no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB (séculos XIX e XX). Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, Ano CXXV, Vol. 125, p. 33-64, 2011.

_____. Naturalistas na Velha Bahia. **Revista IGHB**, Salvador, v. 107, p. 179-197, jan./dez. 2012a.

_____. **Cangaço: uma ampla bibliografia comentada**. Fortaleza: Editora IMEPH, 2012b.

_____. A saga do cangaço: verdades e mentiras. **Revista do IAHGP**, Recife, n. 69, pp. 459-468, 2016a.

_____. Lições do cangaço. **Revista Rotary Brasil**. Ano 92, n. 1134, p. 24-25, dezembro de 2016b.

_____ e NOMURA, Hitoshi. Naturalistas – viajantes do Museu Imperial/Nacional do Rio de Janeiro (Brasil). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro**. Ano 24, n. 24, p. 141-156, 2017.

_____. **Alguns naturalistas ilustres no Brasil (século XIX)**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018.

_____. **Cangaço: segunda e ampla bibliografia comentada**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma *velha-nova* história, **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En ligne], Débats, mis en ligne le 28 janvier 2006, consulté le 20/08/2006. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/1560>; DOI: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.1560>.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010 (Coleção FGV de bolso. Série História).

SANTANA, José Carlos Barreto de. **Ciência & arte:** Euclides da Cunha e as Ciências Naturais. São Paulo: HUCITEC; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

TAVARES, Rogério Faria. **Contribuições para a história do IHGB: entrevistas concedidas a Rogério Faria Tavares.** Belo Horizonte: Edição do autor, 2018.